

PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO PARAÍBA DO SUL – RESUMO

Diretrizes para Contratação de Consultoria para elaboração do Resumo do Plano e Complementações.

1.INTRODUÇÃO

O CEIVAP aprovou recursos de R\$ 580.000,00 do orçamento de 2.005 para elaboração de atualização do Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul, trabalho este que faz parte dos compromissos assumidos pela Agevap no Contrato de Gestão celebrado com a ANA-Agência Nacional de Águas.

A Agevap, após realizar estudos internos de avaliação sobre a documentação existente e debater o tema em reunião realizada no Rio de Janeiro, em 02 de dezembro de 2.005, constatou que:

- 1º) há uma enorme quantidade de estudos e documentos, a maioria com informações que se mantém atuais, trabalhos estes elaborados pela COPPETEC (167 documentos);
- 2º) existe carência de um bom documento síntese que, com agilidade e clareza, reuna as informações básicas que subsidiem os membros do CEIVAP, a Agevap e outras entidades protagonistas da gestão de recursos hídricos, no cumprimento de suas funções e finalidades;
- 3º) há dificuldades de consulta de informações mais aprofundadas, nos diversos documentos existentes, principalmente no que se refere aos disponibilizados em sites;
- 4º) há necessidade de complementações em alguns temas específicos, que poderão ser feitos gradativamente, com os recursos do orçamento de 2.005 e dos anos seguintes;
- 5º) há necessidade de reuniões e debates na Bacia, que permitam encaminhar a elaboração do Plano de Bacia - Resumo em íntima interação com a comunidade (processo participativo);
- 6º) Na parte paulista da bacia está sendo feito uma atualização do Plano, e na Bacia do Guandu está para ser iniciada a elaboração do Plano de Bacia, trabalhos estes que precisam ser considerados e compatibilizados;
- 7º) A apresentação de um documento síntese por estado (SP,RJ.MG) e um integrando os três estados, apesar da individualidade paulista, não chegou a ser debatido em detalhe mas, sim, a necessidade de fazer o tratamento dos problemas e soluções por sub-bacias;
- 8º) Há necessidade de reforçar e dotar a Agevap de capacitação para atendimento de suas finalidades, bem como de melhor caracterizar os órgãos internos do sistema CEIVAP/Agevap (estatutos/regimentos e forma operacional de plenárias do CEIVAP, câmaras técnicas, conselho de administração e Assembléia da Agevap, principalmente).

Em função destas constatações a Agevap propõe em relação ao Plano:

- 1º) Contratação de Consultoria para elaboração de um documento síntese de todos os estudos já realizados, que receberá o título “Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul – Resumo” . Este documento incluirá, necessariamente, a itemização que consta na Lei 9.433 e outros tópicos sugeridos pela Agevap, e, em anexo, conterà uma listagem e breve descrição do conteúdo e forma de acesso a todos os trabalhos realizados pela COPPETEC(documentos existentes) e os demais, em vias de serem elaborados por outras entidades e de conhecimento da Consultoria por ocasião do fechamento do trabalho;
- 2º) Disponibilidade do Resumo e de todos os documentos existentes (em sua íntegra) em texto e CD, em número de vias a ser combinado com a Contratante (Agevap), acatando as sugestões dos

demais parceiros envolvidos, principalmente as entidades de outorga de uso dos recursos hídricos estaduais;

3º) Inclusão do Resumo e demais documentos no site CEIVAP/Agevap (e outros sites, a combinar), segundo procedimentos técnicos e operacionais que permitam facilitação de consulta;

3º) Elaboração de estudos complementares em temas específicos, conforme descritos em anexo, estudos estes a serem feitos pela Consultora e reportados em documentos próprios, cujas sínteses, também farão parte do Resumo citado.

2. PROCEDIMENTOS LEGAIS PARA A CONTRATAÇÃO

Em função do trabalho acima descrito já estar desenvolvido, em sua maior parte, pela COPPETEC, a Agevap sugere a contratação desta entidade por notória especialização no tema, com dispensa de licitação. O parecer prévio da Assessoria Jurídica da Agevap encontra-se em anexo.

A Agevap fará convite formal a COPPETEC para que esta apresente uma proposta técnica e comercial, detalhando o escopo, cronograma e produtos a serem apresentados. A Agevap sugere 10 meses para a realização de todo o trabalho, considerando a necessidade de processo participativo, envolvendo eventos, nos três estados, para interação com a comunidade.

Assim que a proposta da COPPETEC for formalizada a Agevap, a Assessoria Jurídica elaborará o parecer final e o Contrato a ser celebrado entre a partes. (A minuta de Contrato encontra-se em anexo).

3. INFORMAÇÕES A CONSTAR NA PROPOSTA TÉCNICA E COMERCIAL

A proposta técnica conterà, necessariamente, a seguintes etapas:

1ª. Etapa: Planejamento, consolidada em documento – que ao ser aprovado pela Contratante -- orientará todo o trabalho a ser desenvolvido. Conterà os procedimentos metodológicos a serem adotados pela Contratada, a equipe de profissionais e consultores especiais designados, os produtos específicos e final esperados e o cronograma detalhado. Este documento deverá considerar as observações contidas neste documento da Agevap e a experiência da COPPETEC;

2ª Etapa: Elaboração e apresentação de minuta dos trabalhos: Resumo do Plano e Relatórios de cada Tema Complementar;

3ª Etapa: Processo participativo (e de consultas).

4ª Etapa: Elaboração de minuta final (Plano de Bacia - Resumo e Relatórios dos Temas Complementares) para apreciação da Agevap/Câmaras Técnicas do Ceivap.

5ª Etapa: Entrega do produto final: disponibilização dos resultados em textos e meios digitais (CDs e sites), com descrição dos procedimentos facilitadores de consulta.

A Contratada indicará o seu Coordenador Geral e Coordenador Adjunto, que se reportará a profissional da Agevap indicado para o acompanhamento e aprovação dos trabalhos. Além de acompanhar os trabalhos a Agevap indicará dois técnicos para se integrar à equipe de trabalho da Consultora, segundo carga horária e procedimentos a serem combinados.

A proposta comercial, entregue em envelope à parte, conterà o preço e cronograma de desembolso, em função de produtos a serem apresentados, inclusive com a compatibilização produtos X desembolsos. O preço total (e das parcelas) deve ser fixo e irrevogável.

4. ENFOQUE E DIRETRIZES PARA O TRABALHO

O Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul – Resumo, contendo Temas Complementares, terá o enfoque na gestão e usos das águas, considerando o prognóstico atual, os cenários futuros de quantidade e qualidade das águas e os investimentos necessários para assegurar o desenvolvimento ambientalmente sustentável na Bacia do Rio Paraíba do Sul. A Contratada deverá evitar considerar valores ufanistas de recursos da cobrança, e construir cenários conservadores de disponibilidade de recursos financeiros. Por outro lado, deverá demonstrar que o sistema de gestão está pronto para atuar com um ritmo de aplicação de recursos oriundos da cobrança pelo uso das águas muito maior, fruto de possibilidade de deliberação do CEIVAP neste sentido, e das necessidades advindas de um maior desenvolvimento econômico do país.

A Contratada deverá estar suficientemente informada e procurar se integrar/influenciar outros estudos em andamento. O Plano Nacional de Recursos Hídricos (SRH - Ministério do Meio Ambiente), a atualização do Plano de Bacia no trecho paulista (DAEE/CBH-SP) e o Plano da Bacia do Rio Guandu deverão ser objeto de atenção. Os estudos da ONS e CPRM sobre regionalização de vazões estão disponíveis e a Contratada poderá dispor dos mesmos para atualização, caso necessário. O trabalho da EPE, de Avaliação Ambiental Integrada da Bacia perante Empreendimentos Hidrelétricos, se não puder ser integrado deverá ser relacionado como documento a ser consultado. Os recentes estudos da ANA sobre cobrança pelo uso das águas deverá ser analisado e debatido, com envolvimento da Câmara Técnica de Cobrança do CEIVAP. A Agevap está elaborando, com apoio de consultoria, um estudo sobre o estágio organizacional de organismos de bacia do tipo consórcios e associações intermunicipais, que poderão ser parceiros do sistema CEIVAP/Agevap. Outros Programas e todas as ações em andamento pelo CEIVAP/Agevap estarão sendo disponibilizados à Contratada.

A Contratada, além da apresentação de um Resumo, em linguagem técnica acessível, tem a responsabilidade de listar e organizar todos os documentos e disponibilizá-lo de forma adequada a técnicos e não técnicos. O Resumo deve conter todas as informações que permitam aos membros do CEIVAP e da Agevap o cumprimento de suas funções, recorrendo aos demais documentos apenas em caso de necessidade de detalhes. (As funções básicas dos membros do CEIVAP e da Agevap serão convenientemente analisadas durante o próprio processo de elaboração do presente trabalho, sendo uma das tarefas a serem consideradas como Tema Complementar).

A Contratada deverá elaborar um mapa das sub-bacias de domínio da União e de domínio dos estados, destacando os trechos de características relevantes à gestão, bem como as propostas de intervenção. Este procedimento deverá ser seguido na revisão do Plano na parte paulista, ora em contratação pelo CBH-SP/DAEE/Fehidro-SP.

No caso de erosão e assoreamento há necessidade de se buscar formas que permitam melhor hierarquizar as regiões/municípios/sub-bacias para intervenções prioritárias, com base na melhoria nas captações de águas para abastecimento público. Na realidade, a proposta deve ser mais abrangente, de construção de um Programa de Proteção aos Mananciais de Abastecimento Público.

A Contratada deverá, nos programas de intervenção, considerar a necessidade de propor programas plurianuais ou de duração continuada, principalmente ao âmbito da Agevap, que estará, desta forma, melhor se estruturando para o cumprimento de suas finalidades.

Resende, 03 de janeiro de 2.005.

Geól. João Jerônimo Monticeli
Diretor da Agevap

ANEXO

TEMAS COMPLEMENTARES – Versão 01 (03/01/2.006)

Os textos abaixo fazem parte dos documentos desenvolvidos pela COPPETEC, sendo dado enfoque a aspectos considerados relevantes para o presente trabalho.

Temas a serem considerados, sem restringir outras proposições da Consultora:

a) Saneamento Ambiental – Tratamento de esgotos.

A Contratada deverá rever, reorganizar e justificar as prioridades de investimentos no saneamento ambiental, prioritariamente tratamento de esgotos, em trechos ou sub-bacias, de maneira a subsidiar o Manual de Investimentos 2.007 e ajudar os membros do CEIVAP na hierarquização de projetos. Os investimentos dos recursos da cobrança pelo uso das águas não são os únicos recursos atualmente disponibilizados para a luta pela recuperação e proteção das águas. A Contratante deverá levantar os recursos e capacidade de organizar projetos de empresas de saneamento, tipo Sabesp e autarquias municipais, BNDES, Ministério das Cidades, e outros, de forma a indicar maneiras de integração de recursos e de procedimentos, que visem situar a política de recursos hídricos neste contexto e priorizar a dotação de recursos da cobrança a projetos com outras fontes de financiamento, que assim receberiam tratamento distinto no Manual de Investimentos de 2.007 e anos seguintes.

b) Hidrelétricas.

A Contratada deverá rever e organizar o diagnóstico dos usos hidrelétricos atuais e futuros, separando em portes de empreendimentos (PCHs, UHEs, etc) com ficha técnica de cada um e nível de projeto, locando as mesmas no trecho principal do Rio Paraíba do Sul e em sub-bacias, e analisar, com apoio de Consultor Especializado, os impactos ambientais e medidas mitigadoras que envolvem, no global, tais empreendimentos, visando fornecer elementos que permitam melhorar o diálogo entre sociedade e empreendedores, ao âmbito do CEIVAP. Em face de contratação, pela EPE, de Avaliação Ambiental Integrada de impactos de empreendimentos hidrelétricos na Bacia do Paraíba, a Contratada deverá procurar, na medida do possível, e com apoio do CEIVAP/Agevap, integração com este estudo. As operações restritivas do ONS e disponíveis na página da Internet desta entidade devem ser resumidas e apresentadas.

c) Arcabouço institucional.

A Contratada deverá, com apoio de Consultor Especializado, elaborar proposta de fortalecimento do arcabouço institucional de uma maneira bastante ampla, envolvendo: organização e propostas de programas e projetos da Agevap para apoio à execução do Plano de Recursos Hídricos (apoio à melhoria do Manual de Investimentos 2.007, articulação com organismos de bacias estaduais, articulação com outorgantes, articulação com principais administrações municipais, melhoria da política de comunicação social da Agevap, melhoria nas funções de apoio ao CEIVAP, entre outros); sugestões para os procedimentos visando a melhoria do fluxo financeiro dos recursos da cobrança; sugestão de melhorias no estatuto e regimento interno do sistema CEIVAP/Agevap e de seus órgãos internos (câmaras técnicas, conselho de administração, etc) visando criação de uma cultura operacional mais eficaz; análise e melhorias nas relações da Agevap com ANA (Contrato de Gestão); sugestões para a integração entre os estados e entre os comitês de sub-bacias.

d) Processo participativo

A Contratada deverá sugerir formas de articulação com a comunidade visando estabelecer um processo participativo na elaboração de seu trabalho. Os organismos de bacia existentes deverão ser instâncias a serem valorizadas, bem como as regiões que representam, pois constituem espaços de articulação regional para a pactuação do Plano.

e) Demandas e disponibilidades hídricas

A Contratada deverá analisar as demandas hídricas de cada setor usuário, inclusive do setor mineral de materiais de construção (brita, areia e argila principalmente), e, para este caso, as que mais afetam as captações de água para abastecimento público. Considerar, ainda, a exploração de bauxita na Bacia do Rio Pomba.

A análise deve ser feita por sub-bacias, conforme referido abaixo. (A melhoria do cadastro, em elaboração, pela ANA, pode ajudar).

f) Resíduos Sólidos

A Contratada deverá identificar as disposições de resíduos sólidos (industriais, domésticos e de saúde) que estejam mais impactando as águas da bacia e propor procedimentos para a minimização dos problemas. As estimativas de quantidade de resíduos gerados devem ser comparadas aos destinos finais, para avaliação de possíveis irregularidades que possam impactar as águas.

g) Divisão em sub-bacias

A Contratada deverá elaborar mapas e caracterização (diagnóstico e prognóstico ambiental) de sub-bacias de rios de domínio da União e dos estados, contendo as propostas de intervenção prioritárias.

h) Ações emergenciais

A Contratada deverá analisar os trabalhos em andamento pela CPRM, em convênio com a ANA, que tratam do monitoramento (qualidade e quantidade) e sistema de alerta contra enchentes. Também analisar os riscos de acidentes ambientais na Bacia e medidas mitigadoras, principalmente as que venham a afetar os sistemas de captação de água para abastecimento público.

A Agevap estará apresentando por escrito e em reuniões com a COPPETEC as complementações deste Anexo, em função das várias sugestões recebidas e por receber. Caberá a COPPETEC analisar as atuais e futuras sugestões visando a sua incorporação ao trabalho até a data da apresentação de sua proposta. A evolução da concepção de Plano de Bacia tem sido contínua e as experiências de outras bacias são fundamentais. (Vide diretrizes para o PRH Bacia do Rio Doce e os Termos de Referência para o Plano de Bacia do Rio Paraíba do Sul – Trecho Paulista).